

O choque de conceitos: Um debate entre Samuel Huntington e Edward Said no pós-guerra fria

Camila de Jesus Reis e Silva¹

Resumo

Este trabalho delibera sobre o artigo de Samuel Huntington, *O choque de civilizações*, um prognóstico sobre a Nova Ordem Mundial advinda com o fim da guerra fria e compara seus pressupostos e sua leitura da conjuntura com as críticas à ele dirigidas pelo intelectual Edward Said, com especial atenção aos usos dos conceitos em seus textos. Assim, este artigo propõe-se a pensar sobre as teorias explicativas no pós-guerra fria em torno das críticas de Said à Huntington e das questões por elas suscitadas, a saber: o papel dos intelectuais no pós-guerra fria, a potência das teorias políticas e sua relação com a *praxis*, a importância dos conceitos e a questão do outro. Pelas críticas de Said, pôde-se concluir que o trabalho intelectual de Huntington é dotado de interesse político e o uso que faz ele dos conceitos é um indicativo de sua arbitrariedade.

Palavras-chave: Samuel Huntington; Edward Said; conceitos; intelectuais; pós-guerra fria.

Abstract

This paper deliberates on Samuel Huntington's article, *The clash of civilizations*, which is a prognostic analyses about the New World Era arose with the end of the cold war, and compares its assumptions and conjuncture diagnosis to Edward Said's criticism, with a special attention to their conceptual use. Therefore, this article aims to reflect upon post-cold war's explanatory theories based on Said's critiques to Huntington and its propositions, as: the role played by intellectuals in the post-cold war era, the underlying power of political theory and its relation with *praxis*, the importance of concepts and the question of the other. Through Said's critiques, it was possible to conclude that at the bottom of Samuel Huntington's work there are political interests, also, his conceptual use indicates arbitrariness.

¹ Graduanda em História, Universidade de Brasília.

Key words: Samuel Huntington; Edward Said; concepts; intellectuals; post-cold war era;

Introdução

Quando coordenadas e conectadas, palavras e conceitos elaboram um corpo textual que produz ideias e engendra significados. Assim, um texto é a materialização das ideias de um autor em torno das palavras, dos significantes, visto que “não há palavra perdida, não recolhida, sem corpo para recolhê-la. Não há palavra perdida, sem corpo que a produza, como não há criança sem mãe” (RANCIÈRE, 1995: 218). Convida-se a pensar, então, que não há corpo sem que um autor o produza. Ainda, não há conceito perdido, não há conceito evocado friamente. Conceitos possuem uma função simbólica, isto é, são arquétipos das ideias e intenções de seus autores. .

Neste sentido, o objetivo central deste trabalho é entender como os conceitos são operados pelos intelectuais em uma produção escrita e o que o uso que fazem dessas potentes palavras podem indicar no contexto do pós-guerra fria e das teorias explicativas de relações internacionais. Para realizar esta tarefa, propõe-se analisar o artigo *O choque de civilizações*, escrito por Samuel Huntington em 1993, e demonstrar as críticas a ele dirigidas por Edward Said, manifestadas em duas ocasiões: em um artigo publicado pela revista *The Nation* em 2003, *O choque de ignorância* e em uma leitura realizada na Universidade de Massachusetts em 1998 sob o nome de *O mito do choque de civilizações*. Sendo assim, o tema central deste artigo é o choque entre os conceitos propostos por Huntington e Said em suas análises acerca do pós-guerra fria, dadas as intencionalidades de cada autor.

O choque de civilizações foi publicado em 1993 pela revista *Foreign Affairs*. Nele, Huntington propõe a teoria do choque de civilizações: com o fim da guerra fria, ele acredita que o mundo caminhará para o último estágio evolutivo dos conflitos, isto é, os conflitos não mais se realizarão em torno das ideologias e da política, não mais em torno dos Estados, antes, serão as civilizações e culturas que motivarão os conflitos. O artigo é uma leitura estratégica, ou melhor dizendo, um prognóstico: uma “previsão das possibilidades no âmbito dos acontecimentos temporais e mundanos [...] [que] produz um excesso de configurações estilizadas das formas de controle temporal e político” (KOSELLECK, 2006: 33). Assim, Huntington diagnostica a situação pós-guerra, avalia as civilizações, argumenta em favor de

seu diagnóstico e orienta o Ocidente a respeito de como ele deve se comportar estrategicamente diante da conjuntura por ele proposta. Merece ser mencionado que, em 1996, Huntington aprofundou as questões tratadas no artigo e adentrou em tópicos mais particulares de sua teoria em um livro chamado *O choque de civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*.

As duas manifestações que faz Said contra Huntington possuem o mesmo teor, porém se engendram de formas distintas. Resumidamente, em *O mito do choque de civilizações* ele critica a leitura que faz o catedrático de Harvard sobre as conjuntura do pós-guerra fria e acusa-o de reduzir os conceitos *civilização* e *cultura*. Já no *O choque de ignorância*, Said foca na associação desigual Oriente-Occidente para desmistificar o novo paradigma proposto por Huntington a partir do fim da guerra. Se, por um lado, Huntington propõe-se paradigmático sem, no entanto, perceber que não faz mais do que pensar sobre paradigmas já estabelecidos; por outro, Said desnaturaliza as proposições do catedrático de Harvard e questiona o caráter imparcial e universal que ele pretende assumir em seu texto.

Trata-se aqui de um debate puramente textual, que se trava em torno dos vocábulos e de seus sentido linguísticos: não apenas suas teorias são contrárias, como também os conceitos, em seus textos, assumem sentidos e remetem à diferentes significados. Nesse sentido, as discussões acadêmicas estão inseridas em uma teia de reflexões muito mais ampla sobre aquele mesmo assunto de que tratam, isto é, encontram-se em diálogo com várias questões desse universo de textos e questionamentos que é o mundo intelectual. No caso de Huntington e Said, o diálogo que travam encontra-se entrepostos nos debates suscitados pelo fim da guerra, no qual muitos especialistas buscavam novas explicações e novos paradigmas que pudessem elucidar acerca da nova ordem mundial.

Sugere-se pensar, através da noção de *tempo histórico* de Reinhart Koselleck, nesses momentos históricos em que paradigmas são rompidos e novas respostas são procuradas. Assim, se considerarmos, como ele, que o *tempo histórico* é resultado de uma tensão constante entre o horizonte de expectativas e o espaço de experiência, isto é, que “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006: 306), as expectativas do pós-guerra e as experiências da guerra constituem o espaço e o tempo em que se encontravam os intelectuais inseridos. Desta forma, o prognóstico de Huntington e as críticas que dirige à ele Said são

uma forma de pensar esse momento e refletir sobre a miríade de possíveis leituras que um *tempo histórico* pode comportar.

Isto posto, várias questões de grande impacto no século XX e XXI foram mobilizadas pelos especialistas em vista do fim da guerra, a saber: a questão da diferença entre cultura e civilização diante da hegemonia ocidental, da importâncias das diretrizes militares dos EUA para o mundo e as relações internacionais, da ordem global e mundial, da diplomacia, da distribuição de poder e riqueza, o papel e preponderância da democracia, da guerra e dos conflitos mundiais, ou seja, assuntos de grande relevância na história recente. Huntington e Said atuam nesse sentido: o primeiro propõe um novo paradigma para substituir o paradigma da guerra fria e o segundo critica tal proposta e sugere uma nova leitura. Esse diálogo entre os dois envolve as urgentes questões incitadas com o fim da ordem bipolar sobre civilização e cultura, guerra e paz, oriente e ocidente e nova ordem mundial pós-guerra fria.

A escolha de trabalhar com esses autores se deu pelo fato de ambos serem intelectuais notáveis e por conta da prevalência de seus trabalhos nos debates acadêmicos: não à toa esses dois intelectuais ocupavam cargos como professores universitários nas mais importantes universidades norte-americanas, Columbia e Harvard. A teoria de Said sobre o *Orientalismo*, que será explicitada mais à frente, produziu efeitos sem precedentes no estudos culturalistas não só nos Estados Unidos como no mundo todo. Os estudos de Huntington em estratégia, por sua vez, influenciaram e modificaram o campo das relações internacionais. Prova disto é que *O choque de civilizações* foi um dos artigos mais comentados da história da revista *Foreign Affairs* (HUNTINGTON, 1997: 3) e há uma seção dedicada ao artigo e às discussões que este rendeu na versão digital da revista, na qual está incluída, também, a resposta de Huntington à seus críticos, publicada também em 1993, *If not civilizations, what?*.

Por serem ambos pensadores renomados e possuírem leituras divergentes de um mesmo período, acerca dos mesmos assuntos, o debate proposto permite entender o papel dos intelectuais e a intenção por detrás de seus textos. Huntington representa as vozes do *establishment* norte-americano e Said é um intelectual palestino e um ativista político: os dois assumem posições contrárias e intenções diferentes. Daí a ideia de entender o artigo de Huntington como um prognóstico: ele representa apenas uma dentre várias possibilidades de leitura sobre o fim da guerra, “um futuro concebido de maneira limitada” (KOSELLECK, 2006: 32). Assim, as críticas de Said são uma expectativa descoincidente das de Huntington, mas também possíveis que operam em outro sentido, uma vez que ele não postula um novo

paradigma, não faz um prognóstico, mas, sim, desnuda a argumentação de Huntington e revela suas falhas.

Assim, propõe-se refletir acerca da intenção do autor, tal como postulada por Quentin Skinner em *Visões de política*, pois é essa a diretriz metodológica aqui adotada. A importância de entender a intenção de dado autor em dado texto, diz respeito ao fato de que, para ele, existem “informações que estão para além dos próprios textos” (SKINNER, 2002: 117). Por isso ele afirma: “devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer mas também o que eles estão a *fazer* quando o afirmam” (SKINNER, 2002: 117). Para que um texto seja compreendido, as ideias não devem ser entendidas de forma isolada; ao contrário, deve-se “procurar o sentido que lhes está subjacente e a forma como os seus autores pretendiam que esse sentido fosse apreendido” (SKINNER, 2002: 123). Por isso ele afirma ser muito importante “saber o que é que os seus autores - escrevendo na sua época e para uma audiência específica que eles tinham em mente - podiam na prática ter procurado comunicar através de seu discurso” (SKINNER, 2002: 124), a saber: através do uso que fazem de dada expressão, o contexto linguístico em que ela encontra-se inserida e o contexto social. Assim, a intenção, ou o papel do autor, assume uma dupla função neste artigo: é o objeto e o método.

Uma vez que é impossível esgotar as possibilidades de diálogo entre os dois relevantes autores, apenas o embate adstrito nos artigos supracitados será analisado, ou seja, aquele que se travou em torno das civilizações e das possibilidades de relações entre os povos com o fim da guerra fria. Feitas essas considerações iniciais, é justo apresentar a estrutura do trabalho que se segue. Em primeiro lugar, propõe-se refletir sobre os principais pontos de inflexão entre Said e Huntington. Em segundo lugar, será apresentada o papel dos intelectuais, seu uso dos conceitos e sua força simbólica, isto é, a potência de suas teorias. Por último, pretende-se debater a questão do outro, sob o prisma das relações entre Ocidente e Oriente e dos conceitos antitéticos assimétricos.

O debate entre Huntington e Said

Quando o artigo *O choque de civilizações* foi publicado, em 1993, o mundo estava mudado: a União Soviética havia se desfeito e Berlim já não se encontrava dividida por um muro ideológico e concreto. Segundo Maria Regina Soares de Lima (1996), isso fez surgir

várias explicações teóricas que buscavam preencher o vácuo deixado pelo fim da ordem bipolar e do paradigma da guerra fria. Neste sentido, Huntington propõe um novo paradigma no qual não mais a ideologia ou a política ocupam centralidade, os protagonistas do jogo de poder global passam a ser, desta forma, as civilizações.

A reincorporação de assuntos como cultura, civilização e identidade às análises sobre política externa do pós-guerra fria fez parte de um movimento de alguns teóricos de relações internacionais deste período como uma forma de entender o novo contexto. Embora as teorias mais críticas, como as pós-modernistas e as feministas não tenham abandonado esses temas, Mônica Herz (1997) nos diz que, durante a década de 80 houve uma virada neo-realista na teoria das relações internacionais e essas questões foram abandonadas, para, neste período pós-guerra, congregarem-se às análises novamente. A teoria do choque de civilizações representa, assim, uma retomada desses assuntos no ramo das análises políticas globais.

No artigo, Huntington divide sua argumentação em oito partes: “O próximo padrão de conflito”; “A natureza das civilizações”; “Porque as civilizações vão entrar em choque”; “As linhas tênues entre as civilizações”; “Agrupamento de civilizações: a síndrome do país afim”; “O Ocidente versus o Resto”; “A conexão confuciana e islâmica”; “Implicações para o Ocidente”. Para o autor, um indivíduo possui uma série de identificações culturais, embora o que configure uma civilização seja o fato dela ser o mais amplo agrupamento de pessoas em torno da mais ampla identidade cultural (HUNTINGTON, 1993). Ao descrevê-las, Huntington propõe que elas são entidades culturais significativas definidas pelos elementos que partilham em comum os indivíduos que à ela pertencem, tais como língua, religiões e costumes

Huntington afirma que “o conflito entre civilizações será a última fase do processo evolutivo do conflito no mundo moderno” (1993: 22, tradução livre) e apresenta seis argumentos principais para justificar sua tese de que um choque entre civilizações é inevitável. O primeiro deles é o de que as tradições e as características religiosas, históricas, linguísticas e culturais são diferenças fundamentais e mais dificilmente superáveis do que as diferenças políticas e ideológicas. Embora ele afirme que diferenças não necessariamente geram conflitos, ele diz que foram essas diferenças que geraram os conflitos mais duradouros ao longo da história.

Em segundo lugar, as interações entre pessoas e povos aumentaram e isso tem gerado uma consciência de civilização e ela, por sua vez, gera animosidades e acentua as diferenças.

O terceiro argumento é o de que o Estado Nação tem deixado de ser a fonte de identificação e, além disso, as identidades locais perderam força por conta da modernização econômica: emerge, assim, o fundamentalismo, o ressurgimento da religião. O quarto motivo é o de que a consciência civilizacional acentua-se pelo fato de Ocidente estar no auge de seu poder: muitas civilizações não ocidentais passam, então, a desejar esse poder para modificar o mundo à sua maneira. Em quinto lugar, Huntington afirma que as características culturais são menos maleáveis do que as econômicas e políticas. Nessa parte ele afirma que a religião acentua as diferenças entre as pessoas ainda mais do que a etnicidade.

O sexto e último grande argumento proposto pelo autor para justificar o choque é o de que o regionalismo econômico está aumentando e ele só pode ser bem sucedido quando ocorre dentro de uma mesma civilização. Dessa forma, para ele, partilhar de uma mesma cultura facilita relações econômicas, uma vez que “diferenças culturais e religiosas criam diferenças sobre questões políticas, abrangendo desde direitos humanos à imigração, comércio e trocas, até o meio ambiente” (HUNTINGTON, 1993: 27). Por isso que, de acordo com ele, os governos terão que apelar às religiões e às identidades civilizacionais para construir coalizões, já que a ideologia não será mais suficiente e a identificação cultural é apresentada de forma tal que uma cordialidade entre povos é impossível de ser atingida. Por estas razões, o choque de civilizações ocorrerá.

Em *O choque de ignorância*, Said afirma que “por ser a intenção do artigo [o *choque de civilizações*] suprir os americanos com uma tese original sobre a “nova fase” na política mundial após o fim da guerra fria, a linha argumentativa de Huntington pareceu convincentemente ampla, audaciosa e até visionária” (SAID, 2001: n.p., tradução livre). Ao contrário do catedrático de Harvard, ele acredita que o espírito de cooperação deve ser enfatizado em detrimento do espírito de disputa, justamente porque se não fizermos isso, “nós vamos terminar rufando os tambores superficialmente e estridentemente por nossa cultura em oposição às outras.” (SAID, 2001: n.p.). Por essa razão ele acusa Huntington de estar reduzindo culturas e civilizações: para ele, os conceitos de *civilização* e *identidade cultural* aparecem em *O choque de civilizações* de uma forma rígida e pré determinada. Mais do que isso, para Said, esses conceitos são usados no artigo como uma forma de manipular a argumentação a favor da destruição, como por exemplo a premissa de que os elementos os quais constituem uma civilização, especialmente a religião, são insuperáveis.

Said considera, então, demagogo e ignorante pretender falar em nome de toda uma nação ou civilização. Ele afirma que é desleal definir qualquer cultura de acordo com uma identidade cultural rígida e estável e, por isso, para ele

o argumento mais falho da tese do choque de culturas e civilizações e a assumpção de uma separação rígida entre elas apesar da enorme evidência de que o mundo de hoje é, em verdade, um mundo de misturas, de migrações e de cruzamentos e transposições de fronteiras (SAID, 2001: n.p., tradução livre)

Ao fazer essa afirmação, Said assume outra postura diante das diferenças culturais e o contato global entre povos. Para ele, ao invés de *civilização* possuir um significado fechado, monolítico e homogêneo, ela é fluida e muito mais difícil de definir do que Huntington faz parecer, justamente porque ele acredita que a cooperação entre os povos deva ser valorizada em detrimento das discordâncias e diferenças. Ele afirma, então, que ao invés de ver paralelos e ser menos destrutivo, Huntington generaliza (SAID, 2005).

Said acusa Huntington de ignorar as histórias menos acessíveis e não “globais” e, por meio deste artifício, ele consegue criar a realidade constrita do estado de guerra que trata *O choque de civilizações*. “É por isso que eu acho que é mais preciso dizer que o período que estamos vivendo não é o do choque de civilizações e sim o choque de definições” (SAID, 2005: n.p., tradução livre), justamente porque, para ele, a leitura que faz Huntington do que são as civilizações e as culturas, o que elas representam e como se comportam, o levam a argumentar que uma disputa entre elas é inevitável. Pensando nos papéis adscritos à prática intelectual, a argumentação de Huntington não é *desinteressada*², pelo contrário, ela é um imperativo de seu espaço e local de fala.

Em resumo, *O choque de civilizações* é uma análise de tendências no âmbito da política externa e, acima de tudo, um texto estratégico sobre os conflitos mundiais. As civilizações e os conflitos mundiais são centrais para o entendimento do argumento central de Huntington, porque é o uso que faz desses conceitos que embasa sua teoria. De acordo com ele, por causa da forma como as civilizações se organizam e por sua rígida matriz cultural, os conflitos globais serão marcados por um choque entre elas e, mais especificamente, entre o Ocidente e o resto. Pela forma como argumenta, ele não deixa dúvidas: uma cooperação entre civilizações não é possível. Said, por sua vez, propõe uma nova forma de entender os relações culturais, uma vez que para ele elas não necessariamente precisam levar a uma disputa global

² Este conceito foi tirado da ideia proposta por Pierre Bourdieu (1996) de que nenhuma ação é desinteressada e será apresentado na próxima seção deste artigo, *O papel dos intelectuais e dos conceitos*.

de grandes proporções. Assim, neste mar de possibilidades e prognósticos possíveis para o fim da Guerra Fria, os diagnósticos de Huntington e Said são divergentes. O palestino vivendo nos Estados Unidos vislumbra um futuro mais integrativo do que destrutivo. O outro, consultor político norte-americano e professor em Harvard, avista um futuro de conflitos e disputas no qual a civilização Ocidental deve se impor para alcançar seus objetivos.

O papel dos intelectuais e dos conceitos

O texto é um ato de comunicação intencional, nos diz Skinner (2002). Tendo em vista que a escolha metodológica e o uso que os autores fazem dos conceitos possui uma intenção apriorística, sugere-se pensar, com Pierre Bourdieu no que diz respeito ao papel dos intelectuais. Para ele, as teorias produzidas por um intelectual não são imparciais uma vez que por detrás da forma como são apresentadas e se constituem, há um *interesse*. Isto é, Bourdieu indica que o interesse se configura em contraposição à virtude do desinteresse uma vez que a própria ideia do desinteresse é, para ele, uma ingenuidade: uma ideia advinda do pressuposto da neutralidade. Bourdieu (2005) indica que não há ação sem sentido, não há ato desinteressado. Assim, “há uma razão para os agentes fazerem o que fazem (no sentido em que falamos de razão de uma série), razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente” (BOURDIEU, 2005: 138). Ou seja, assim também operam os intelectuais: o interesse por detrás de suas atitudes está submetido ao argumento e à metodologia.

Além disso, Bourdieu acrescenta que o espaço social no qual se encontram inseridos os produtores de dada ação (neste caso os intelectuais) é importante uma vez que “é um espaço de relações objetivas entre posições [...] e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros” (BOURDIEU, 2005: 60). Isto posto, é importante localizar a trajetória dos autores e a arena de seu combate, as revistas nas quais seus artigos foram publicados.

Segue-se, então, uma breve descrição da vida desses autores. Huntington foi um cientista político influente e professor universitário que não era muito fã dos holofotes, mas que trabalhou como consultor político durante o governo Jimmy Carter, no qual foi diretor de planejamento e segurança do Conselho de Segurança Nacional e também como conselheiro de políticas internacionais para o vice-presidente Hubert Humphrey. Sempre assumiu uma

postura mais conservadora em assuntos políticos e dedicou boa parte de sua vida aos estudos sobre estratégia e política externa. A trajetória de Said é muito diferente. Ele foi um intelectual público e professor de crítica literária na Columbia, em Nova Iorque que nasceu na Palestina e viveu boa parte de sua vida nos Estados Unidos. Sempre foi muito comprometido com a causa Palestina e chegou, inclusive, a integrar o Conselho Nacional Palestino. Acabou rompendo com o conselho por discordar das posturas de seus líderes, mas permaneceu envolvido com causas anti fundamentalistas. Passou boa parte de sua vida acadêmica e pública lutando por leituras culturais mais representativas, isto é, leituras não hegemônicas e não essencializantes, principalmente do mundo islâmico.

No que diz respeito às revistas, a *Foreign Affairs* é uma revista de assuntos internacionais que foi criada no fim da Primeira Guerra Mundial e congrega “os mais importante membros do *establishment* de política externa” (MELLO, 2017: 4). É, basicamente, um fórum de discussões em política externa em que “[o]s principais autores [...] eram as próprias autoridades formuladoras ou influentes na política externa e os artigos apresentavam um alto nível de concordância a respeito dos assuntos internacionais” (MELLO, 2017: 2) . A revista de *The Nation* possui, por sua vez, uma linha editorial progressista. Na descrição que fazem de si mesmos em seu corpo editorial, afirmam que são promovedores de “investigações tenazes, comentários provocativos, e debates espirituosos sobre política e cultura” (n.d., n.p.). Afirmam, também, que objetivo da publicação é instigar no leitor um desejo de lutar por justiça e igualdade, pois eles acreditam na liberdade intelectual. Ela existe desde 1865, quando foi fundada por abolicionistas, sendo, dessa forma, a revista semanal mais antiga a circular de forma contínua nos Estados Unidos. Conclui-se, destarte, que há uma intenção concernente à escolha que fazem Huntington e Said ao publicar seus artigos nestas publicações. O primeiro, em uma publicação conservadora que representa vozes hegemônicas e o segundo, em uma publicação progressista que representa vozes marginais.

Retomando à ideia de interesse e intenção, propõe-se refletir sobre a relação entre prática e teoria. Para o intelectual Noam Chomsky, o fim da guerra fria não representou uma mudança de comportamentos no que diz respeito às práticas norte-americanas no plano das relações exteriores. Ele afirma, então, que “oficialmente terminada a Guerra Fria, as práticas norte-americanas continuam como antes, mas em legítima defesa contra outros inimigos” (CHOMSKY, 2003: 50). O cerne da argumentação de Chomsky é o de que a democracia,

uma entidade política, um conceito dotado de uma tremenda força simbólica, é usada como uma desculpa e justificativa das atitudes intervencionistas dos Estados Unidos. Dialogando com essa ideia, Jacques Rancière afirma que “[a] excepcionalidade política americana se diz, realmente, de duas maneiras. A América é a realização exemplar da democracia. E é a realização de uma democracia exemplar que liquida a questão da democracia.” (RANCIÈRE, 1995: 194).

Ainda, Chomsky acrescenta que os intelectuais são figuras fundamentais para a política externa norte-americana uma vez que eles são usados não só para engendrar as ações políticas, como também para legitimá-las: “o “especialista” é o servo leal e útil dos que detêm as rédeas do poder” (CHOMSKY, 2003: 317). Para ele, os discursos públicos estadunidenses são articulados por esses especialistas, que escondem por detrás da democracia, a verdadeira intenção de suas ações políticas. Assim, ele considera que a política de estado norte-americana do período pós-guerra fria, legalizada por um discurso democrático e universalista, foi norteada “pela necessidade de impor ou manter um sistema global que servisse ao poder estatal e aos interesses estreitamente correlatos dos grandes senhores da economia privada” (CHOMSKY, 2003: 14). Os enunciados políticos, alicerçados por teorias intelectuais, justificam as ações políticas imperialistas dos Estados Unidos: “a teoria estratégica e as ciências políticas são instrumentos flexíveis, que raramente se atrapalham quando se trata de fornecer o argumento e a análise necessários para respaldar a conclusão do momento” (CHOMSKY, 2003: 14).

Neste caso, as construções teóricas, pautados na construção de um “eu” imaginado em contraposição à um outro de forma desigual, implicaram em uma ideia consistente e prevalente junto ao senso comum, de que uma civilização ocidental é sinônimo dos valores democráticos, libertários, racionais: assim operam os conceitos antitéticos assimétricos tal como sugerido por Koselleck (2006). Essa relação entre Estados Unidos e democracia, quer seja Ocidente e democracia, tem uma dupla função neste artigo: ela permite debater o papel que exercem os intelectuais frente ao comportamento de dominação norte-americano e, também, aparece como uma justificativa em Huntington, quando este distingue a civilização ocidental do resto. A forma como Huntington constrói a associação entre o ocidente e o resto, recusa a posição adversária: “do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na

realidade, pode ser equiparado a uma espoliação” (KOSELLECK, 2006: 193). Essa questão do outro será mais a frente retomada.

No que diz respeito ao papel dos intelectuais, o que esses autores estão desnudando é a ideia de uma imparcialidade por detrás dos escritos intelectuais. Bourdieu (2005) trabalha com a ideia de que há um interesse por detrás do conhecimento, justamente porque o campo intelectual, científico, é um universo como outros quaisquer, com categorias de funcionamento próprias. Assim, as proposições anteriores desnaturalizam a ideia cristalizada de que uma teoria científica, acadêmica, é sólida e neutra: “ao contrário da imagem que veicula de si mesmo, o intelectual não é infalível. A intelectualidade algumas vezes pecou” (RÈMOND, 2003: 259).

Deste modo, considera-se importante debater o papel dos intelectuais neste trabalho por duas razões. Em primeiro lugar, por entender-se, assim como Bourdieu, que o trabalho intelectual não está isento de parcialidade, pelo contrário, há um interesse por detrás de toda teoria produzida. E, em segundo lugar, por causa da ideia, inspirada em Chomsky e Bourdieu, de que teoria e prática são correlatas. Uma teoria não é limitada ao campo semântico e das ideias: ela pode ser usada para legitimar e propulsionar ações políticas. Neste caso específico, do debate entre Huntington e Said, seus pressupostos conectam-se à prática, uma vez que o texto de Huntington é um texto sobre estratégia, e um texto como esse possuem implicações na *práxis*, posto que eles operam também como orientações políticas. Além disso, há uma intencionalidade velada por detrás de seus pressupostos que são justamente desnudadas por Said.

Desta forma, a questão dos intelectuais está presente no debate dos dois autores, uma vez que Said desnaturaliza Huntington e seus pressupostos universais através do questionamento de sua argumentação e, conseqüentemente, de seu status de intelectual imparcial. Melhor explicando, Said questiona a qualidade e a validade dos argumentos de Huntington a partir do momento em que acusa-o de conjecturar uma teoria enviesada (em favor do Ocidente) e dotada de interesses práticos (legitimar as ações norte-americanas). É o papel de Huntington como intelectual, dentro da ideia de que um intelectual é uma entidade cujas produções são imparciais, que ele questiona. Ele permite entender Huntington como um dos especialistas que são constantemente evocados pelo governo norte-americano para legitimar suas ações.

Para Said, a deslealdade argumentativa de Huntington jaz no uso que faz das palavras, da construção que este faz do “outro”, isto é, das outras civilizações. Ele afirma que, de forma a validar a teoria do choque de civilizações, o catedrático de Harvard reduz as outras civilizações ao invés de teorizar com honestidade metodológica. Neste sentido, é justo refletir que a autodesignação e designação dos outros, na forma como ela opera em Huntington, são uma forma de captar o seu interesse. Isto é, a forma como ele designa a civilização Ocidental, à qual pertence, e a forma como ele descreve as outras as quais ele conhece apenas por meio de leituras secundárias (SAID, 2004), não comporta toda a complexidade dessas outras civilizações.. Assim, o uso dos conceitos se torna importante: é através da forma como ele se operam que os discursos intelectuais produzem sentido, qualquer seja ele. Entender os discursos como uma ação política é tentar entender a “maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles” (RÈMOND, 2003: 321)

O Ocidente e o Resto

Tendo em vista que “[o] diálogo político é muitas vezes conflito em torno de papéis reivindicados/impostos/recusados” (Rèmond, 2003: 321), pretende-se desenvolver melhor a questão do outro e como ela aparece nos escritos de Huntington e é, posteriormente, criticada por Said. A primeira consideração importante de ser feita, é que o Ocidente se apresenta como uma entidade sólida e incontestável aprioristicamente em Huntington. Em segundo lugar, assume-se, que “[c]ivilização faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser nomeado, ou que começam a existir, eles próprios, a fim de se constituir como opostos” (STAROBINSKI, 2001: 20), assim, ela “é inseparável de seu avesso” (STAROBINSKI, 2001: 56). Se é verdade que civilização é um conceito constitutivamente antitético, isto é, existe em contraposição à outros, em Huntington ele aparece de forma desigual, assimétrico, de forma que “só podem ser usados em uma direção, e que na direção contrária são diferentes” (KOSELLECK, 2006: 191).

Desta forma, é possível inferir que o interesse por detrás da argumentação de Huntington está presente na associação que faz ele de que a civilização Ocidental está conectada aos mais estimados valores, incluindo o da democracia, enquanto esses valores não tem valia para as outras civilizações. Essa é, afinal, a função dos conceitos em seu texto: eles

são antitéticos assimétricos pois interpretam o outro seguindo categorias que não pertencem à eles. Por isso a ideia de que a associação entre civilização ocidental e democracia é baseada em falsas premissas, permite situar um pouco melhor a antítese assimétrica “civilização ocidental” e “civilização não-ocidental” presente em *O choque de civilizações*. Além disso, agrega-se às críticas de Said, as quais revelam que a ideia de civilização ocidental presente no *O choque de civilizações*, é cristalizada e indica uma preferência. Isso quer dizer que, com a mesma categoria a qual Huntington denomina o Ocidente como democrático, fraterno, livre e etc., ele denomina o outro, aquele que não incorpora os valores “universais” ocidentais. Ao utilizar *civilização* como um conceito universal, Huntington confere à suas previsões valor incontestável.

Para Huntington, os conflitos junto às linhas tênues entre a civilização Ocidental e a Islâmica já duram 1.300 anos e foram acentuados com o fim da II Guerra Mundial por suas razões: pelo fato de o Ocidente ter se tornado dependente da matriz energética presente no Golfo Pérsico depois desse período e por causa da manifestação do nacionalismo árabe e do fundamentalismo islâmico. Por estes motivos, ele argumenta que é improvável que essa interação bélica entre o Islã e o Ocidente se abrande: ao contrário, sua teoria é a de que esse conflito vai se tornar mais inflamado. Ele alega ainda que, “dos dois lados, a interação entre Ocidente e Islã é vista como um choque de civilizações” (HUNTINGTON, 1993: 45). Para Said, esses argumentos não se sustentam: de onde ele tirou essas ideias? Como ele sabe que todas as pessoas que pertencem ao Ocidente e ao Islã se sentem assim?

Assim, Said advoga que esta é uma leitura muito superficial e orientalista das relações culturais entre o Oriente e o Ocidente. “Orientalista” é uma palavra carregada de significados, pois remete à *Orientalismo*, conceito por ele cunhado em 1978 em um livro homônimo, para designar as leituras que são feitas do ponto de vista ocidental sobre um Oriente, ele acusa, imaginado. Basicamente, o *Orientalismo* diz respeito à interpretação generalizadora que se faz do Oriente nos discursos acadêmicos: uma distinção ontológica entre os Orientais e os Ocidentais. Essa categoria de diferenciação também se expressa na política e nas dominações que dela advém, e no imaginário social que se faz daquilo que convenciamos chamar Oriente (SAID, 2007).

Sugere-se pensar no *Orientalismo* não só como uma categoria que se limita ao Oriente tal qual imaginado pelo Ocidente, mas dentro de uma distinção ontológica mais ampla que se faz entre um “eu” e um “outro”: assim, *Orientalismo* abrange todas as leituras hegemônicas

que são feitas dos espaços adjacentes ao Ocidente ou da realidade de quem a produziu, isto é, uma simplificação e um reducionismo de tudo aquilo que opera diferente do “eu”, de “nós” enquanto Ocidente. Apresentar esse conceito é importante, então, porque ele é carregado de significados: quando Said acusa Huntington de ser orientalista, está à ele associando uma série de características que transcendem o texto. Entender o que ele quer dizer ao empregar esse termo torna suas críticas mais elaboradas. Mais do que isso, permite entender porque a oposição de Said à Huntington não é fechada em si mesma: a argumentação do choque de civilizações se opõe à tudo o que lhe é mais caro, à tudo que ele denunciou em *Orientalismo* anos antes de a teoria do choque de civilizações se propor paradigmática. Por isso Said afirma que assuntos complicados são abordados de forma caricata em *O choque de civilizações* (SAID, 2003).

A construção que faz Huntington da civilização Ocidental constitui-se aprioristicamente como uma categoria de diferenciação em relação ao resto. O Ocidente ganha, em seu artigo, valores distintos das outras civilizações. Esse artifício da construção de um “eu” contra um “outro” é o que justifica o choque de civilizações ser uma saída inevitável para as interações globais. Além disso, toda a discussão de *O choque de civilizações* gira em torno do Ocidente, a começar pela ordem discursiva, que é ocidente centrada: em diversos momentos a oposição que se faz no artigo é entre o “ocidente” e o “não-ocidente”, quando não entre o “ocidente” e o “resto”.

Exemplo disso é a afirmação de Huntington de que a ordem mundial saiu de sua fase ocidental com o fim da Guerra Fria. Esse movimento permitiu que os não-ocidentais atuassem, também, como agentes dos processos políticos, ou seja, eles deixaram, enfim, de ser os objetos da história como alvos do colonialismo e passaram a moldar a história junto com o Ocidente. Essa argumentação é embasada em uma falsa impressão de uma história universal e eurocêntrica, na qual os ocidentais sempre foram os personagens principais. Por isso que em *O choque de ignorância*, Said (2003) critica Huntington por só usar bibliografia secundária: além de considerar desleal, ele acredita que elas validam uma leitura simplista das intrincadas relações entre os povos e de como os “não-ocidentais” operam.

Huntington também argumenta que o Ocidente está no ápice de seu poder: seu poder militar é imbatível e não há nenhuma nação capaz de desafiá-lo economicamente. Para ele, a civilização Ocidental domina as políticas globais, as instituições de segurança e as de economia (junto do Japão, que ele considera um caso à parte). Nesse sentido, ele reconhece

que o Ocidente usa de sua hegemonia nessas instituições, mas não só para manter sua predominância, como também espalhar seus valores fundamentais. Assim, ele argumenta que os valores ocidentais tais como individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade e democracia, só para citar alguns exemplos, não tem repercussão nas outras civilizações e, em vista das disputas globais, o Ocidente deve continuar lutando por seus interesses.

Isso se deve ao fato de que, para Huntington, muitos países não-ocidentais vão tentar fazer parte do Ocidente. No entanto, existem muitos obstáculos a serem ultrapassados para que uma civilização periférica faça parte desse mundo Ocidental e eles são bem maiores e mais difíceis de se ultrapassar para as civilizações Islâmica, Confuciana, Hindu e Budista - teoricamente mais distantes da Ocidental. É por essa razão que, diante de um quadro de disputas globais, duelos por poder e diferenças culturais intransponíveis, ele finaliza o artigo propondo que o Ocidente deve unir-se e incorporar civilizações similares como a latino-americana e a do leste europeu, limitar a expansão dessa força militar islâmico-confuciana e fortalecer as instituições que legitimam e refletem os valores ocidentais para, desta forma, manter o domínio econômico e militar, protegendo, assim, seus interesses.

Pode-se depreender de Said que, quando Huntington cria, no imaginário de seus leitores, uma ideia de uma civilização ocidental associada aos valores de democracia, liberdade e direitos humanos, por exemplo, ele o faz para respaldar o direito Ocidental de reivindicar soberania internacional e legitimar suas ações face ao fim da União Soviética. *Civilização* assume um caráter pretensamente universalista, no entanto assimétrico desigual. Quando Huntington afirma que os valores ocidentais não tem prevalência nas outras sociedades, ele usa os conceitos de democracia, liberdade e fraternidade, só para citar alguns exemplos destes valores, de forma imprecisa: ignora outras existências e formas de operação que não as ocidentais, ignora que as palavras possuem sentidos diferentes em determinada cultura, isto é, que os conceitos são variáveis e locais ao invés de rígidos e locais. Por exemplo, democracia, liberdade e fraternidade operam de formas diferentes dependendo do local em que se encontram inseridas: não é só porque a palavra é a mesma que ela quer dizer a mesma coisa.

Ao contrário de Huntington, Said não associa a civilização ocidental à nenhum desses valores “fundamentais”. Ao invés disso ele argumenta de tal forma a relativizar a rigidez que assume o conceito de Huntington em relação à *civilização*, exatamente porque ele acredita no

valor da cooperação em detrimento da disputa. Para o autor, *civilização* não é um conceito rígido: é difícil fazer uma leitura de uma cultura estando dela distante e não fazendo dela parte. Por isso ele acredita que generalizar como operam as *civilizações* e buscar entendê-las por meio de fontes secundárias é incorrer no erro da simplificação: como pode alguém falar em nome de todas as pessoas de dada cultura? Consequentemente, fazer isso implica necessariamente no ato falho do reducionismo.

Conclusão

Este trabalho não possui, *ipsis litteris*, uma conclusão. A ideia de apresentar as críticas que faz Said ao novo paradigma proposto por Huntington e, através dela, deliberar sobre o papel dos intelectuais e da função que exercem os conceitos dentro de um texto, foi pensada como uma forma de debater a hegemonia dos discursos que se pretendem universais. Com o fim da guerra fria e o estabelecimento dos Estados Unidos como força motriz no plano das relações exteriores, prevaleceram esses discursos em detrimento de outros a eles subjacentes. Isto é, esses discursos empoderaram o Ocidente e, por conseguinte, os EUA, servindo, desta forma, como legitimadores da *práxis* do Pentágono que, como vimos em Chomsky, permaneceu inalterável mesmo com o esgotamento do paradigma da guerra fria e com a não existência de uma guerra que pudesse justificar suas ações. Esses discursos e teorias que operam em favor dos Estados Unidos são construídos de forma tal que suas atitudes imperialistas tornem-se imprescindíveis mesmo que o contexto se altere “[os] contornos básicos da política interna e externa são determinados pelas estruturas institucionais de poder e dominação” (CHOMSKY, 2003: 317), independente do *tempo histórico* em que encontram-se inseridos.

Os discursos intelectuais são, nesse sentido, os instrumentos legitimadores dos EUA e de suas práticas imperialistas. Assim, se é verdade que as práticas norte-americanas permaneceram as mesmas com o fim da guerra fria, foram as justificativas para sua atuação contínua no plano das relações exteriores que tiveram que mudar uma vez que o grande antagonista estadunidense já não existia. Isto posto, a teoria de Huntington tem um poder simbólico fundamentador uma vez que ela respalda o comportamento ocidental no plano das relações internacionais: ela não tem outra saída, diante do choque de civilizações, a não ser continuar usando as instituições internacionais para defender seus interesses. No universo

conflituoso de Huntington, o Ocidente tem que lutar para sobreviver e salvaguardar seus valores.

A máscara de universalismo que ganham os conceitos tais como civilização, cultura, ocidente e democracia no artigo de Huntington são, então, uma forma de respaldar sua argumentação. A civilização ocidental aparece em Huntington como um conceito antitético assimétrico: está em contraposição ao resto e esse resto é interpretado de julgado de acordo com suas categorias. Isto é, essa assimetria confirma a inevitabilidade de uma guerra de uma forma desleal, uma vez que as outras culturas e civilizações são lidas através de seus olhos. Quando Huntington afirma que os valores ocidentais tais como democracia, fraternidade e liberdade não tem prevalência nas outras culturas, a antítese desigual se faz visível.

Para Huntington, o Ocidente deve conhecer como funcionam e como operam as outras civilizações porque, diante do mundo de conflitos por ele criado, esse conhecimento é uma ferramenta necessária para dominar o campo das relações exteriores e defender seus interesses. Neste sentido as críticas de Said são importantes. Ao contrário de Huntington, o conhecimento é, para ele, uma tarefa humanista por excelência: conhecer e entender como funcionam as outras civilizações é a única forma pela qual elas podem coexistir. Assim, Said opera desnaturalizando noções básicas acerca da relação entre os povos tal como elas aparecem no texto de Huntington. Isso tem a ver com a noção que tem Said do que é o papel de um intelectual: ele é opositorista, isto é, um intelectual deve “desafiar e derrotar tanto um silêncio imposto como a quietude normalizada do poder invisível em todo e qualquer lugar e sempre que possível” (SAID, 2007: 164). Criticar Huntington e a teoria do choque de civilizações é, desta forma, um procedimento coerente deste intelectual que crê que o papel dos intelectuais é questionar as estruturas de poder e não legitimá-las.

Por isso Said abre precedentes para que se pense em Huntington como um ideólogo, tal como postulado por Bourdieu: “ideólogo é aquele que toma por universal, por desinteressado, o que está de acordo com seu interesse particular” (BOURDIEU, 2005: 154). É justamente este o caso de Huntington. Ele equivoca-se ao analisar as outras civilizações justamente porque parte de premissas ocidentais e pseudo-universais para se referir à um “outro” que possui diferentes premissas: pretende-se universal, mas se mostra etnocêntrico e enviesado. Essa é, afinal, a função dos conceitos em seu texto, respaldar seu argumento sob a égide da verdade universal e das teorias que se pensam paradigmáticas.

As críticas de Said dirigidas ao catedrático de Harvard desnaturalizam as argumentações de Huntington no que diz respeito ao seu emprego e uso do conceito de “civilização”, à forma como argumenta em favor de uma inevitabilidade de um conflito entre os povos, à construção de uma diáde desigual entre Oriente e Ocidente e à associação que faz com entre Ocidente e democracia. Em se tratando do papel dos intelectuais, ele desnuda a ideia de imparcialidade por detrás de *O choque de civilizações*: desmascara a arbitrariedade argumentativa de Huntington em prol do Ocidente e desestabiliza sua posição pretensamente imparcial. Said localiza o “outro” desumanizado na argumentação de Huntington.

Desta forma, a tarefa de colocar Said em contraposição a Huntington permite questionar a irrefutabilidade de *O choque de civilizações*: ao invés de ser imparcial, essa teoria atua em favor da hegemonia ocidental. A partir deste debate, pôde-se debater a cristalização Ocidental em seus pressupostos, a parcialidade do conceito de *civilização*, a associação entre ocidente e valores modernos, especialmente a democracia, e, também, o papel que exercem os intelectuais, através da escolha metodológica e do emprego conceitual que fazem no exercício de validar suas próprias teorias. Ao desnaturalizar as falsas verdades universais adscritas no artigo de Huntington, Said abre espaço para o questionamento do papel que os estrategistas exercem perante as políticas de estado norte-americanas e a autoridade que assumem ao tratar de assuntos delicados de uma forma aparentemente pragmática e universalista.

No fim das contas, este embate teórico e conceitual desperta indagações que excedem o espaço deste artigo: questões acerca de como a democracia opera nos discursos; a questão do outro; o papel dos intelectuais e dos textos estratégicos; a relação entre prática e teoria; a prevalência de leituras culturais reducionistas em discursos ideológicos; a universalidade dos conceitos; e a intenção dos textos e dos autores. Said permite relativizar algo que é dado como cristalizado e consistente: a teoria do choque de civilizações. Suas críticas desvelam a arbitrariedade por detrás da adoção por Huntington de conceitos antitéticos assimétricos e, mais do que isso, revelam que sua teoria é uma leitura de um norte-americano sobre culturas e civilizações. Um norte-americano, professor universitário, ex-consultor político e estrategista. Seu pretenso universalismo e as improbidades por detrás de sua teoria foram expostas: o choque de civilizações não precisa, então, ser o novo paradigma do pós-guerra.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2005.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a Democracia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HERZ, Mônica. *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: v.40, n.2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext&tlng=es

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

_____. *The clash of civilizations?*. Foreign Affairs, 1993. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1993-06-01/clash-civilizations>.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Dados, v. 39, n. 3, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581996000300005&script=sci_arttext.

MELLO, Natália Nóbrega de. *Os intelectuais saem da guerra: a intervenção no Vietnã, a Foreign Policy Magazine e a construção político-intelectual de novos paradigmas e estratégias*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Políticas da Escrita*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAID, Edward W. *Humanismo e Crítica democrática*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *Orientalismo*. O oriente como invenção do ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *The Clash of ignorance*. The Nation, 2001. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/clash-ignorance/>.

_____. *The Myth of the clash of civilizations: professor Edward Said in Lecture*. Media Educational Foundation, 2005. Disponível em: <https://www.mediaed.org/transcripts/Edward-Said-The-Myth-of-Clash-Civilizations-Transcript>.

SKINNER, Quentin. *Visões de Política: Sobre os métodos históricos*. Miraflores: Difusão Editorial, 2002.